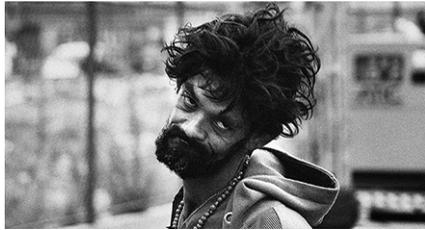


## ARTIGOS





## DO TERRITÓRIO AO MICROTERRITÓRIO NO/DO COTIDIANO ESCOLAR: DA GEOGRAFIA À FILOSOFIA? OU REPENSANDO O CONCEITO DE TERRITÓRIO POR MEIO DA OBRA *O ABECEDÁRIO DE GILLES DELEUZE*

Carlos Roberto Miranda Martins\*

Marcos Antonio dos Santos Reigota\*\*

**Resumo** – Há diálogo entre geografia e filosofia? Essa questão é decisiva para refletirmos acerca das possíveis contribuições de ambos os campos de saber e para pensarmos o caminho a ser seguido em busca da desconstrução do conceito de território. A iniciativa de desconstrução de tal conceito pretende alavancar o entendimento da complexidade no/do cotidiano escolar para permitir uma leitura menos objetivada no plano de uma linguagem carregada de termos técnicos para uma leitura mais didática, mas não menos significativa. Para isso, buscamos a contribuição do filósofo Gilles Deleuze, por meio da obra *O abecedário de Gilles Deleuze*, que nos forneceu subsídios para potencializar a discussão sobre o conceito de território a partir do limite alcançado pela geografia no que toca ao micro.

**Palavras-chave:** Território. Microterritório. Cotidiano escolar. Gilles Deleuze. Poder.

### INTRODUÇÃO

Desconstrução talvez seja o termo mais apropriado para introduzirmos nossas intenções neste trabalho: desconstruir o conceito de território. Para isso, dialogaremos com inúmeros geógrafos, estudiosos da área da educação e filósofos.

Temos, por esse motivo, a difícil tarefa de intensificar as provocações sobre o conceito de território tão enraizado e petrificado pelos estudos científicos, principalmente os de cunho geográfico.

---

\* Mestre em Educação pela Universidade de Sorocaba (Uniso). *E-mail:* caromimar@yahoo.com.br

\*\* Doutor pela Universidade Católica de Louvain (Bélgica). Pós-doutorado na Universidade de Genebra (Suíça). Bolsista de Produtividade Científica do Cnpq (nível 2). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Uniso. *E-mail:* marcos.reigota@prof.uniso.br

Não queremos criar um novo conceito, apesar de correremos esse risco. Tampouco pretendemos inferiorizar e deixar de destacar a importância que os estudos sobre território trazem ao pensamento acadêmico. E mais, está longe da nossa intenção expor tal conceito ao perigo das correntezas que encaminham ao senso comum. No entanto,

[a] diferença entre o conhecimento científico e o de senso comum já foi bastante enfatizada na literatura especializada, porém ambos são representações do mundo. A diferença básica entre um e outro é a sistematização, provável erudição do primeiro e a fragmentação, simplicidade e provável ingenuidade do segundo (REIGOTA, 1999, p. 137).

Neste artigo, substituiremos o termo "refinar", outrora utilizado por Souza (2009), pelo termo "desconstrução". Acrescentamos ainda que

[a] noção de desconstrução que está sendo empregada tem origem nos trabalhos de Jacques Derrida, Paul de Man e de outros teóricos e professores da Universidade de Yale. O termo surgiu dos estudos de crítica e teoria literária e, segundo Moisés (1997), migrou "da história da literatura para a semiologia e daí para a reflexão epistemológica em torno de pensamento, linguagem e verdade" (REIGOTA, 1999, p. 134).

Procuramos, por meio dessa noção, revirar o que foi instituído por normas e regras. Ao fazê-lo pretendemos problematizar o inteligível exigindo do leitor algum esforço para buscar hermeneuticamente as respostas. Reiteramos que o uso que fazemos dessa noção acompanha a afirmação de Reigota (1999, p. 135), quando coloca que ela "se situa muito mais próxima de uma corrente filosófica presente nas ciências humanas contemporâneas, do que da teoria e da metodologia da desconstrução empregada principalmente nos estudos literários".

Com isso em mente, buscamos a contribuição de Gilles Deleuze, por meio da obra *O abecedário de Gilles Deleuze*, no intuito de desconstruir o conceito de território, tal como é pensado pela geografia, e repensá-lo numa escala micro. Mais especificamente, teremos como limite espacial a escala do cotidiano escolar, pois nele as fronteiras são demarcadas simplesmente por questões de afeto, em que afinidade e poder põem em jogo relações preconceituosas, de exclusão, adesão, negação, de pertencimento, enfim, relações humanas complexas.

Interessa-nos, por esse motivo, buscar a contribuição de Deleuze e da filosofia para o que gostaríamos de chamar de transição e, conseqüentemente, desconstrução do conceito de território entre a ciência geográfica e a filosofia, entre a função de território e o conceito de território, como diria Deleuze (1988-1989, p. 66), pois, para ele, "as ciências não procedem com conceitos, mas com funções". Para Haesbaert (2009, p. 98-99),

Todo conceito é sempre situado – em termos do contexto histórico, geográfico e em relação aos seus sujeitos-autores; todo conceito [...] advém de um problema, seja ele novo (muito mais raro) ou recolocado/re-situado; [...] todo conceito é heterogêneo, múltiplo, não é simples [...] ao mesmo tempo em que remete sempre a outros problemas e, conseqüentemente, a outros conceitos (formando aquilo que Deleuze denomina constelação de conceitos).

Ainda falando sobre conceito, Haesbaert (2009, p. 99), citando Deleuze e Guattari (1992), afirma que o conceito é um todo fragmentário, pois não há conceito de um só componente, além disso,

[t]odo conceito é "incorporal", ainda que "se encarne ou se efetue nos corpos", não podendo assim ser confundido com as próprias coisas; é absoluto e relativo ao mesmo tempo: relativo a seus próprios componentes, aos outros conceitos, [...] aos problemas que se supõe deva resolver, mas absoluto pela condensação que opera, pelo lugar que ocupa sobre o plano, pelas condições que impõe ao problema. É absoluto como todo, mas relativo enquanto fragmentário.

De acordo com Gallo (2008, p. 35-36), "o conceito é *imane*nte à realidade, brota dela e serve justamente para fazê-la compreensível e, por isso, o conceito pode ser ferramenta tanto de conservação quanto de transformação". Dessa forma, ao propormos a desconstrução do conceito de território, estaremos percorrendo um caminho espinhoso.

## TERRITÓRIOS

Nas próximas linhas, o leitor encontrará não somente os movimentos de uma busca de esclarecimento conceitual, mas, igualmente, "areias movediças" que dificultam a travessia no esforço de pensar o conceito de território e sua aplicabilidade no cotidiano escolar.

Para essa tarefa, solicitamos a ajuda de Gilles Deleuze, Roberto Lobato Corrêa, Rogério Haesbaert, Nilda Alves, Marcos Aurélio Saquet e Marcelo Lopes de Souza.

No longo e infundável processo de organização do espaço o Homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. São as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais.

As práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em

cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciadas (CORRÊA, 2006, p. 35).

Corrêa (2006), falando sobre as práticas espaciais, deixa claras as relações natureza, tempo, tecnologia, sociedade, espaço, técnicas, enfim, elementos que quando reunidos, ou não, só atuam sobre os macroespaços ocupados ou em processo de ocupação pela(s) sociedade(s).

As práticas espaciais, segundo o mesmo autor, "são meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução" (CORRÊA, 2006, p. 35).

Como desconstruir o conceito de território no espaço escolar se esse espaço, pela sua dimensão, deve ser considerado um microespaço? E ainda, como estudar as relações que ocorrem nesse microespaço constituído por microterritórios? Tratam-se de territórios que não são considerados territórios por certas correntes teóricas, talvez por não abarcarem alguns critérios físicos, escalares, relacionais, subjetivos, econômicos etc. que os qualificam como os territórios hoje aceitos, principalmente pela ciência geográfica.

Nossa necessidade, às vezes quase doentia, de afirmação teórica revela justamente nossa carência: quem não é, mas deseja sê-lo, precisa reafirmar-se a todo instante. Romper com essa dissociação teoria/prática significa romper também com nossa timidez e quase culpa pela "indefinição de um objeto" – como se não havendo "objeto" desaparecessem as questões, ou estivéssemos impossibilitados de enfrentá-las (veja a cilada em que incorreríamos, impondo outra vez a teoria à prática) (HAESBAERT, 2006, p. 43).

Assim, justificamos mais uma vez a necessidade de buscarmos as contribuições filosóficas e aquelas de alguns geógrafos a fim de pensar o conceito de território numa escala micro, ou seja, aquela escala que, quando se trata de território, não é abrangida pela geografia, mas que poderia, pelo seu grau de subjetividade, contribuir com a ciência geográfica enquanto uma ciência que discute as relações sociais.

Na geografia, o conceito de território é normalmente apresentado como um espaço definido e delimitado por relações de poder e a partir delas. É entendido como um espaço objetivo, concreto, visível, trazendo a ideia de macropoder, como o território nacional, o Estado-nação.

Souza (2006) não se esquece da questão espaçotemporal, tão importante para entendermos as complexidades que determinam os ritmos, as escalas, a vida, as relações sociais, o subjetivo, as crises, as fronteiras, o poder sobre o solo, elementos que estão a todo o momento se construindo e desconstruindo, moldando, se moldando e dando novos movimentos para os territórios, sejam eles micro ou macro.

Enfatizamos o significado macro, presente na ideia de "território nacional", extraído da obra de Souza (2006, p. 79), na qual se baseia este artigo e que nos leva à questão: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Souza (2006, p. 78) diz:

O território, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço.

Usamos as palavras do autor para indicar o que não é a nossa intenção no presente trabalho, pois, assim como para Souza (2006, p. 78), não é "a questão geológica, os recursos naturais de certa área e o que se produz ou quem produz em um dado espaço" a questão primeira.

Todavia, se Souza (2006, p. 78) dá a entender que desconsidera as "ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço", em trabalho posterior ele esclarece o seguinte:

O que "define" o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam "contemplados" ao se lidar com o conceito de território a partir do enfoque que propus em 1995, e depois retomei (ver, por exemplo, Souza [2006, subcapítulo 5.2 da parte II]) (SOUZA, 2009, p. 59).

Por essa razão, consideramos fundamental pensar/estudar o território "como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 2006, p. 78) compreendido aí, também, a importância da cultura.

Haesbaert (2006, p. 13) discorre sobre o conceito de território fazendo uma distinção e uma interação entre território e rede. Busca historicamente o uso do conceito por vários autores ligados ou não à geografia. Ainda segundo o autor, há a necessidade de romper com uma postura empobrecedora que, por muito tempo, marcou as rupturas teóricas radicais ocorridas dentro da geografia.

Ratzel liga o território entendido como "solo/terra a outras condições naturais, fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados (sob o domínio do Estado)" (SAQUET, 2010, p. 31). Dematteis, por sua vez, entende o território como "produto social, lugar de vida e de relações" (SAQUET, 2010, p. 49). A compreensão de Dematteis poderia ser aceita para argumentar em favor da desconstrução do conceito dentro do proposto neste trabalho. No entanto, Dematteis,

[a]o estudar características da casa rural evidencia as relações sociais, entre os homens, como condicionante de suas formas e organização interna. A casa rural sofre influências de distintos *âmbitos territoriais*: da família, da vizinhança, da *comunidade* e da sociedade urbana. [...] No *mundo rural*, efetivam-se relações com a terra, na família, com os vizinhos, na *comunidade* e com sujeitos da cidade. Esses indivíduos interagem espacialmente, cultural (*psicológica*) e economicamente: essas são suas territorialidades cotidianas (SAQUET, 2010, p. 49).

No que diz respeito aos estudos de Dematteis, é possível aceitar os condicionantes extra-escola como elementos no processo de formação de territórios no cotidiano escolar. No entanto, sua abordagem não permite considerar a formação de territórios no/do espaço escolar em si, já que, para ele, "o território é compreendido como área e, sobretudo, como relação social, econômica e política" (SAQUET, 2010, p. 50).

Para Dematteis (apud SAQUET, 2010, p. 50) "o território é organizado pela sociedade, que transforma (humaniza) a natureza, controlando certas áreas e atividades, política e economicamente [...]".

Os estudos sobre território de Giuseppe Dematteis começam a servir como referência a partir da década de 1950. Porém, outros estudos e debates sobre o tema vão surgindo no decorrer dos anos e o próprio Dematteis vai modificando a maneira de abordá-lo.

Em síntese, geógrafos como M. Quaini, G. Dematteis, V. Vaggagini e C. Raffestin, embora com aspectos que diferenciam suas abordagens, têm uma contribuição muito específica, que se distingue, no geral, de concepções de sociólogos, economistas e filósofos: o reconhecimento da materialidade do território, tanto através de suas formas como de suas relações sociais, historicamente definidas, evidenciando o processo de territorialização (SAQUET, 2010, p. 60, grifo nosso).

Pelo menos até a década de 1970 (SAQUET, 2010, p. 86) "percebe-se uma ligação do território com o solo, delimitado política e economicamente pelas relações sociais e econômicas de caráter desenvolvimentista". A partir de 1980, o conceito começa a ser trabalhado, remediado para contrapor as "abordagens inspiradas no materialismo, sobretudo, no histórico e dialético, a outros aspectos, como a subjetividade, os signos, os símbolos e a micropolítica" (SAQUET, 2010, p. 87).

O italiano Claude Raffestin, na década de 1980, transgride em parte os conceitos de território apresentados até então e propõe uma reflexão sobre o poder tendo como referência o filósofo Michel Foucault e, mais tarde, "avança em sua concepção e argumenta em favor do que denomina, em consonância com Deleuze e Guattari (1976[1972]), de *processo TDR*" (SAQUET, 2010, p. 78), ou seja, processo de territorialização, desterritorialização e reterritório-

rialização. Félix Guattari acrescenta ao debate a subjetividade e "evidencia as dimensões cultural e econômica do território, sendo o movimento um de seus componentes" (SAQUET, 2010, p. 87).

Como pudemos perceber, as obras apresentadas neste artigo relacionam sempre ou quase sempre o conceito de território ao macro. Dessa forma, o conceito inexistente em outras escalas que não sejam aquelas que definem território como sendo construído e que teria como referência principal o macro, negando, via de regra, elementos de afinidade, de recusa, adesão, amizade, amor, ódio, enfim toda uma gama de afetos que constituem a subjetividade e que operam numa dimensão micro. Ou seja, o próprio cotidiano escolar.

## DESCONSTRUINDO

Alguns esclarecimentos antes da desconstrução:

1. Como visto anteriormente, o conceito de território vem sendo debatido há muito tempo. Dessa forma, não há como evitar ou ignorar as controvérsias sobre o assunto.
2. Não é intenção deste artigo explorar o conceito pensando apenas na ciência geográfica, pois o processo desta pesquisa visa, também, por meio dos estudos no/do espaço escolar, entendê-lo melhor para desmistificá-lo e, quem sabe, quebrar paradigmas favorecendo o uso desse conceito em outras áreas de estudo e de modo diferenciado na própria geografia.
3. Aludindo ao item anterior, este trabalho, mesmo depois de concluído, teria pouco sentido se fosse referenciado exclusivamente por uma única área de estudo.

Feitas essas considerações e tendo como referência o item 3, surgiu o seguinte questionamento: como reivindicar que o conceito de território não seja usado somente por uma área de estudo, como é hoje notadamente usado pela geografia, se neste trabalho, quando falamos de território, citamos maciçamente geógrafos? Buscamos a ajuda de Souza (2006, p. 82-83) para responder:

Entre as disciplinas científicas uma exceção tem sido a Antropologia, e particularmente o seu ramo mais recente, a Antropologia Urbana; estudos sobre "tribos urbanas" e grupos sociais diversos (minorias étnicas, prostitutas, homossexualidade etc.) e seus territórios se têm mostrado como importantes contribuições para uma ampliação dos horizontes conceituais e teóricos. Infelizmente, contudo, a Antropologia, com seus conhecidos vícios disciplinares (predileção pelo "desviante", despolitização do discurso, desapareço para com o aprofundamento da análise do Estado...), tem dificuldades para alcançar uma interpre-

tação "estratégica" dos problemas de sociedades complexas (conflitos sociais objetivos e suas causas, papel da produção do espaço enquanto variável essencial de reprodução do *status quo*), restringindo-se quase sempre, assim, a chamar a atenção, ainda que muitas vezes apenas indiretamente, para os limites do discurso objetivista e pasteurizador das demais disciplinas.

Complementando as colocações de Souza, cita-se ainda o sociólogo Bagnasco (1978 apud SAQUET, 2010, p. 61, 56) que "elabora uma perspectiva sociológico-geográfica, delineando aspectos centrais da relação espaço-tempo no processo de territorialização" e filósofos como Deleuze e Guattari que "reconhecem a territorialidade *neurótica* de Édipo, as territorialidades perversas e psicóticas e compreendem a contradição, por exemplo, na atuação do estado, territorializando através da *inscrição* da residência". Mais tarde,

[n]a França, dando continuidade a suas pesquisas e reflexões, Deleuze e Guattari, numa reflexão filosófica profunda, argumentam em favor da reterritorialização diante da desterritorialização, reforçando um movimento bem significativo no meio acadêmico e científico (SAQUET, 2010, p. 110).

Da geografia à filosofia? Do território como uma noção da ciência geográfica ou um conceito da filosofia? Uma transição de uma noção para um conceito ou um processo de hibridiz entre um e outro ou ainda de um conceito geográfico e um conceito filosófico? Desconstrução?

Busca-se, dessa forma, na obra *O abecedário de Gilles Deleuze*, suas contribuições para produzir e intensificar um diálogo entre a geografia e a filosofia vislumbrando sempre o cotidiano escolar como um espaço preñado de territórios.

Não basta ter um mundo para ser um animal. O que me fascina completamente são as questões de território e acho que Félix e eu criamos um conceito que se pode dizer que é filosófico, com a ideia de território. Os animais de território, há animais sem território, mas os animais de território são prodigiosos, porque construir um território, para mim, é quase o nascimento da arte (DELEUZE, 1988-1989, p. 4).

Embates mais tensos e problemáticos poderiam emergir a propósito do conceito de território se quiséssemos insistir em fazer comparações entre a abordagem que a ciência geográfica faz dele e o modo como Deleuze o trabalha. Seguir esse caminho, ainda que fosse interessante, desviaria da proposta deste trabalho. Assim, propomos um diálogo entre dois pontos de vista de maneira a favorecer uma desconstrução do conceito de território, diálogo cujo tom é aquele da espreita, que busca sondar as nuances dos territórios no/do cotidiano

escolar, bem como algumas das variações que a filosofia deleuziana produz no encontro com a geografia. Esse caminho parece mais proveitoso para as reflexões e, assim, evitamos deliberadamente aquele de um embate entre a geografia e a filosofia de Deleuze, pois correr-se-ia o risco de impossibilitar a própria abordagem do conceito de território já que, para Deleuze, as ciências não procedem com conceitos, mas com funções:

[...] se convencionamos usar a palavra "conceito" para a filosofia, as noções e ideias científicas terão de ser designadas por outra palavra. Não dizemos que um artista cria conceitos. Um pintor, um músico não cria conceitos, mas outra coisa. Para a ciência, teríamos de encontrar outra palavra. Um cientista é alguém que cria funções, digamos. Não digo que seja a melhor palavra. Ele cria funções. Funções também são criadas. Criar novas funções... Einstein, Gallois, os grandes matemáticos, mas não apenas matemáticos, físicos, biólogos criam funções. E o que é resistir? Criar é resistir... É mais claro para as artes. A ciência está numa posição mais ambígua, mais ou menos como o cinema. Ela está presa a problemas de programa, de capital. As partes resistem, mas... Os grandes cientistas também são uma grande resistência. Quando penso em Einstein, em muitos físicos, em muitos biólogos hoje é claro... Eles resistem antes de tudo ao treinamento e à opinião corrente, ou seja, a todo tipo de interrogação imbecil (DELEUZE, 1988-1989, p. 80).

E ainda segundo Gallo (2008, p. 43):

O conceito é um dispositivo que faz pensar, que permite, de novo, pensar. O que significa dizer que o conceito não indica, não aponta uma suposta verdade, o que paralisa o pensamento; ao contrário, o conceito é justamente aquilo que nos põe a pensar. Se o conceito é produto, ele é também produtor: produtor de novos pensamentos, produtor de novos conceitos; e, sobretudo, produtor de acontecimento, na medida em que é o conceito que recorta o acontecimento, que o torna possível.

Talvez, mais importante do que a própria abordagem da questão do território seria o problema que teríamos ao considerá-lo uma função ou um conceito. Por essa razão, nossa intenção no momento é deixar as denominações de lado para buscarmos um diálogo que possibilite estudar o território no/do cotidiano escolar, ou seja, usar a geografia e a filosofia para abordarmos o espaço escolar enquanto um espaço carregado de territórios. Carregado tanto dos elementos macro da geografia quanto daqueles micros da filosofia apresentada por Deleuze, o que não quer dizer que a geografia não carregue elementos micro e a filosofia elementos macro.

Disso poderia surgir a questão: se o cotidiano escolar é um espaço micro, porque não usarmos o conceito de território apresentado pela filosofia, o qual abrange uma escala

micro? Precisamente porque os territórios no/do cotidiano escolar implicam elementos que estão em relação com uma escala macro e uma micro.

O diálogo que acreditamos possível, por sua vez, leva em conta especialmente a sugestiva colocação de Deleuze sobre o tipo de relação que estabelecemos com as coisas, as pessoas, as ideias, as atmosferas quando diz que "o escritor está à espreita, o filósofo está à espreita. É evidente que estamos à espreita. O animal é... observe as orelhas de um animal, ele não é nada sem estar à espreita, nunca está tranquilo" (DELEUZE, 1988-1989, p. 5).

## DESATANDO OS ÚLTIMOS NÓS

Gostaríamos de registrar que as várias abordagens do conceito de território, apresentadas neste trabalho, são provenientes de muitas linhas de pensamento e épocas diversas. Esperamos não se ter deixado dúvidas em relação ao hibridismo necessário para desconstruí-lo, ora considerando-o como elemento ligado ao solo, ora por relações subjetivas, ora político, ora material, ora imaterial, às vezes material e imaterial ao mesmo tempo e, também, em algumas abordagens, como um conceito que carrega vários elementos simultaneamente.

Admitir que os fatos a serem analisados e as questões a serem respondidas são complexos, neste mundo simples que é o cotidiano, vai colocar a necessidade de inverter o processo aprendido: ao invés de dividir, para analisar, será preciso multiplicar – as teorias, os conceitos, os fatos, as fontes, os métodos etc. Mais que isso, será necessário entre eles estabelecer redes de múltiplas e também complexas relações (ALVES, 2001, p. 25).

As relações que ocorrem nos microterritórios são muito importantes para ficarem restritas aos conceitos que corporificavam e corporificam o território, apresentados por inúmeras correntes de pensamentos.

O microterritório é delimitado por fronteiras visíveis e não visíveis, palpáveis e não palpáveis. É o resultado da desconstrução do conceito de território, normalmente, entendido pela geografia. É a mistura entre o território estudado por alguns autores ligados à geografia e o exposto por Deleuze em *O abecedário de Gilles Deleuze*. Pode ser demarcado mesmo que temporariamente. É transitório. Se for demarcado pelo Estado ou qualquer instituição, que de uma forma ou de outra respeite as normas e regras impostas por ele, por meio das divisões físicas, tem como base fundamental o poder e, em segundo plano, a afetividade. Se o Estado não interferir diretamente, tem como elemento fundamental o afeto, em seguida, o poder. Pode ser político, mesmo quando se verifica a ausência humana. É micro. Aproxima-se do nanoterritório de Souza (2009, p. 67).

Observar o que se passa com o "mundo da vida" (*Lebenswelt*), com o cotidiano dos indivíduos e grupos sociais, sobretudo em uma grande cidade contemporânea e em escala geográfica muito reduzida (aquela que chamei de escala dos "nanoterritórios" (...), em que as "fronteiras" englobam uma rua ou um trecho de rua, um prédio ocupado por sem-teto, uma prisão, parcelas das arquibancadas de um estádio de futebol...), nos leva a experimentar, em matéria de territórios -, realidades espaço-temporais bem diferentes da aparente fixidez das fronteiras estatais. É a escala, por excelência, dos oprimidos e de suas táticas, com suas resistências quotidianas inscritas no espaço ou expressas especialmente, como, já assinalara de Certeau (1996).

Algumas relações no/do cotidiano escolar podem ser definidas como territórios? Tentaremos responder: o espaço escolar não é um espaço sem vida, neutro. Não é o solo de uma região desértica onde inexistem relações sociais ou uma área composta de arbustos ou qualquer tipo de vegetação, sem vida humana. O cotidiano escolar é humano. Nele, as táticas de seus praticantes aparecem como gotículas de um processo de evaporação. É trágico e alegre ao mesmo tempo. O que seriam microterritórios onde essas trocas acontecem?

A noção de microterritório é o resultado híbrido de outros conceitos de território fundamentais para o estudo no/do espaço geográfico, mas que não alcançam o micro, o que impossibilita o estudo no/do cotidiano escolar. Esse conceito não é, porém, uma mistura forjada de outros conceitos, nem um indutor para o surgimento de modismos.

Deve-se tomar cuidado com a banalização do conceito de microterritório; nem todas as relações presentes no espaço escolar devem ser consideradas um microterritório. Se assim fosse não se proporia aqui a desconstrução de um conceito, e sim observações confusas no cotidiano escolar. Os microterritórios não podem ser confundidos com breves encontros entre alunos, os quais por "um motivo ou outro" não são formados por afeto. Os microterritórios podem até não se mostrar num determinado momento, mas continuam existindo por meio das trocas que outrora o legitimaram. Procura-se explicar, em parte, comparando com os nanoterritórios de Souza (2006, p. 88):

Os territórios da prostituição feminina ou masculina (prostituição, travestis, michês), onde os "outros" tanto podem estar no mundo exterior em geral (de onde vêm os clientes em potencial) quanto, em muitos casos, em um grupo concorrente (prostitutas *versus* travestis), com os quais se pode entrar em conflito. Esses territórios, comumente encontrados naqueles locais próximos ao *Central Business District* (CBD), que se convencionou chamar de *blighted areas*, áreas de obsolescência ou "espaços deteriorados", muitas vezes (a não ser no caso de um *bas fond* como a decadente Vila Mimosa, na cidade do Rio de Janeiro, que foi o que restou da antiga e famosa "Zona do Mangue") são "apropriados" pelo respectivo grupo

apenas durante a noite. Durante o dia, as ruas são tomadas por outro tipo de paisagem humana, típico do movimento diurno das áreas de obsolescência: pessoas trabalhando ou fazendo compras em estabelecimentos comerciais, escritórios de baixo status e pequenas oficinas, além de moradores das imediações. Quando a noite chega, porém, as lojas, com exceção dos bares e *night clubs*, estão fechadas, e outros transeuntes diurnos, como trabalhadores "normais", pessoas fazendo compras e os residentes do tipo que a moral dominante costuma identificar como "decentes", cedem lugar a outra categoria de frequentadores, como prostitutas (ou travestis, ou ainda rapazes de programa) fazendo *trottoir* nas calçadas e entretendo seus clientes em hotéis de alta rotatividade.

Não podemos concordar, no entanto, que os territórios acabem de um dia para o outro; eles permanecem. Esses territórios desaparecem aos nossos olhares momentaneamente, mas ainda são legitimados pelas relações, por exemplo, a afetividade e o poder que podem ser lembrados pela simples presença de um banco da escola, de uma sala de aula, de uma quadra de esportes, da diretoria, do pátio etc.

Isso ocorre após o término de um período de aulas. No período seguinte, outros microterritórios no/do espaço escolar serão formados como o foram no dia anterior. Isso prova que não é necessário que os microterritórios estejam sempre ligados ao solo, o que aumenta a sua complexidade, mas não diminui a sua riqueza. A partir do estudo dos microterritórios, podemos delimitar questões contemporâneas caras ao processo educacional vigente e à sociedade em geral.

Os microterritórios no/do espaço escolar estão, na verdade, mais próximos da fuga de normas e regras quando são formados pela afetividade. Quando constituídos por elementos físicos da escola, fica explícita a relação de poder criada pelas próprias regras e normas. Assim, como dissemos anteriormente, os microterritórios nos/dos espaços escolares são afetivos e concretos. E, repetimos, nos microterritórios afetivos, também existem relações de poder a partir do momento que seus integrantes podem excluir, negar, incluir, permitir etc. Quando são físicos, ou seja, impostos pelas delimitações concretas da instituição escolar, os microterritórios podem estimular a formação de outros microterritórios, os quais serão constituídos e fortalecidos pelas relações afetivas. Seriam os microterritórios a invenção de um outro mundo no/do cotidiano escolar?

O carrapato responde ou reage a três coisas, três excitantes, um só ponto, em uma natureza imensa, três excitantes, um ponto, um só. Ele tende para a extremidade de um galho de árvore, atraído pela luz, ele pode passar anos, no alto desse galho, sem comer, sem nada, completamente amorfo, ele espera que um ruminante, um herbívoro, um bicho passe sob o galho, e então ele se deixa cair, aí é uma espécie de excitante olfativo. O carrapato sente o cheiro do bicho que passa sob o galho, este é o segundo excitante, luz, e depois odor, e

então quando ele cai nas costas do pobre bicho, ele procura a região com menos pêlos, um excitante tátil, e se mete sob a pele. Ao resto, se se pode dizer, ele não dá a mínima. Em uma natureza formigante, ele extrai, seleciona três coisas (DELEUZE, 1988-1989, p. 3).

Inventamos territórios e, quando isso ocorre, permanecemos na vizinhança dos animais. Inventamos quando selecionamos no vasto mundo os elementos que, compostos, já são um mundo. Quais são nossos excitantes? O que os toca? Pode ser qualquer coisa, mas na medida em que chama a atenção é aquela coisa e não outra para mim, para você, para cada um. Essa é sempre a história dos encontros que fazemos, das táticas eleitas para traçar nossos territórios, para construir neles um lugar que nos faz sentir em casa, para ampliá-los a cada aventura de maneira que nem eles nem nós sejamos os mesmos.

Esses últimos esclarecimentos podem até ser considerados um beco sem saída, pois se o microterritório é construído pela afetividade – como uma rota de fuga do poder trazido pelas normas e regras da instituição escolar –, como poderia esse mesmo microterritório promover relações de poder entre seus praticantes, arriscando-se, assim, a criar novas normas e regras? Tentemos responder: as relações sociais, mesmo quando em busca da liberdade, não conseguem se desprender das relações de poder.

É preciso especificar que não existem potências ruins. O que é ruim não é... O ruim é o menor grau de potência. E este grau é o poder. O que é a maldade? É impedir alguém de fazer o que ele pode, é impedir que este alguém efetue a sua potência. Portanto, não há potência ruim, há poderes maus. E talvez todo poder seja mau por natureza. Não, talvez seja muito fácil dizer isso. Mas mostra bem a ideia [...] A confusão entre poder e potência é arrasadora, porque o poder separa as pessoas que lhes são submissas, separa-as do que elas podem fazer (DELEUZE, 1988-1989, p. 49).

A determinação pelo poder cria estratégias políticas pautadas no desejo do poder e os mantém cegos em relação aos efeitos das intervenções, seja na dimensão macro seja naquela de uma micropolítica. É isso que Guattari (1990, p. 23-24) nos mostra quando afirma que,

[a]s relações da humanidade com o *socius*, com a psique e com a "natureza" tendem, com efeito, a se deteriorar cada vez mais, não só em razão de nocividades e poluições objetivas, mas também pela existência de fato de um desconhecimento com relação a essas questões consideradas em seu conjunto. Catástrofes ou não, as evoluções negativas são aceitas tais como são. O estruturalismo – e depois o pós-modernismo – acostumou-se a uma visão de mundo que elimina a pertinência das intervenções humanas que se encarnam em políticas e micropolíticas concretas.

No entanto, os microterritórios são exemplos de categorias, se assim podemos chamar, que atingem o *status* que mais se distancia das normas, das regras e da submissão promovida pelo poder no/do cotidiano escolar, pois a partir do poder podem surgir os movimentos táticos criados pelos praticantes escolares.

Essas reflexões podem eliminar os abismos que impediavam, de uma forma ou de outra, a real compreensão do cotidiano escolar para além de um espaço complexo em que as relações se davam mecanicamente, sem vida. E podem, ainda, abrir novos horizontes para que se busquem novos estudos sobre os microterritórios nos/dos cotidianos escolares.

Dessa forma, coloca-se a urgência de dialogar com vários estudiosos de diversos ramos das ciências, principalmente as humanas, para que se criem possibilidades para novos formatos e aberturas, a fim de que os diálogos possam surgir e ainda para que paradigmas sobre o território sejam revisitados, vistos, revistos e problematizados.

## From territory to microterritory in school life: the philosophy of geography? Or rethinking the concept of territory by means of *The ABCs of Gilles Deleuze*

**Abstract** – Is there dialogue between Geography and Philosophy? This question is crucial to reflect on the possible contributions of both fields of learn to think the way to be followed in search of the deconstruction of the concept of territory. The deconstructing initiative of this concept intends to leverage the understanding of the complexity on/from school daily to allow a reading less objectified in terms of a language full of technical terms to a more didactic, but no less significant reading. Therefore, we seek the contribution of the philosopher Gilles Deleuze, through the work *The ABCs of Gilles Deleuze*, which provided subsidies to enhance the discussion of the concept of territory from the limit reached by geography when it comes to micro.

**Keywords:** Territory. Microterritory. School routine. Gilles Deleuze. Power.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, N. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, I. B. de; ALVES, N. (Org.). *Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes e saberes*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 13-38.
- CORRÊA, R. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; SOUZA, M. J. L. de. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 15-47.

- DELEUZE, G. *O abecedário de Gilles Deleuze: uma realização de Pierre-André Boutang*, produzido pelas Éditions Montparnesse, Paris. 1988-1989. Disponível em: <[www.ufrgs.br/corpoar-teclinica/obra/abc.prn.pdf](http://www.ufrgs.br/corpoar-teclinica/obra/abc.prn.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2011.
- GALLO, S. *Deleuze e a educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Pensadores & Educação).
- GUATTARI, F. *As três ecologias*. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 1990.
- HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.
- REIGOTA, M. *A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 77-116.
- SOUZA, M. J. L. de. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

Recebido em dezembro de 2014.

Aprovado em setembro de 2016.